



Número: **0801002-79.2019.8.15.0141**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Catolé do Rocha**

Última distribuição : **05/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.015,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO GEOVANIA ALVES ROSENDO (AUTOR)		RAIMUNDO ANTUNES BATISTA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
ROSIMARY ALVES RODRIGUES (REPRESENTANTE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20936932	05/05/2019 09:01	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
20936933	05/05/2019 09:01	<a href="#">01 Petição Inicial</a>	Outros Documentos
20936934	05/05/2019 09:01	<a href="#">02 Procuração</a>	Outros Documentos
20936935	05/05/2019 09:01	<a href="#">03 Declaração de Hipossuficiência Econômica</a>	Outros Documentos
20936936	05/05/2019 09:01	<a href="#">04 Comprovante de Residência</a>	Outros Documentos
20936937	05/05/2019 09:01	<a href="#">05 RG e CPF da Vítima</a>	Outros Documentos
20936938	05/05/2019 09:01	<a href="#">06 RG e CPF da Mãe da Vítima</a>	Outros Documentos
20936939	05/05/2019 09:01	<a href="#">07 Boletim de Ocorrência</a>	Outros Documentos
20936940	05/05/2019 09:01	<a href="#">08 Ficha de Regulação de Atendimento-SAMU</a>	Outros Documentos
20936941	05/05/2019 09:01	<a href="#">09 Ficha de Regulação e Atendimento - SAMU - verso</a>	Outros Documentos
20936942	05/05/2019 09:01	<a href="#">10 Ficha de Atendimento Ambulatorial</a>	Outros Documentos
20936943	05/05/2019 09:01	<a href="#">11 Ficha de Atendimento Ambulatorial verso</a>	Outros Documentos
20936944	05/05/2019 09:01	<a href="#">12 DUT do Veículo - MOTO</a>	Outros Documentos
20936946	05/05/2019 09:01	<a href="#">13 Declaração do Proprietário do Veículo</a>	Outros Documentos
20936947	05/05/2019 09:01	<a href="#">14 Carta Comunicando o Pagamento Administrativo</a>	Outros Documentos
20936948	05/05/2019 09:01	<a href="#">15 Dados do Processo Administrativo</a>	Outros Documentos
21120435	13/05/2019 13:39	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

01 Petição Inicial anexo



**EXCELENTÍSSIMO (a) SENHOR (a) DOUTOR (a) JUIZ (a) DE DIREITO DA MM \_\_ VARA  
DA COMARCA DE CATOLE DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA.**

**FRANCISCO GEOVÂNIO ALVES ROSENDO**, brasileiro, estudante, menor, com CPF (MF) n. 708.490.854-46, neste ato representado por sua Mãe **ROSIMARY ALVES RODRIGUES**, brasileira, solteira, agricultora, com CIC (MF) N. 045.429.094-25 e RG N. 003.302.546 SSP/RN, residente e domiciliada na Rua Francisco Gonçalves, s/n, Bairro Escadinha, Bom Sucesso, Estado da Paraíba, CEP 58.887.000, por seus advogados e procuradores judiciais, infra-assinados, constituídos nos termos do Instrumento Procuratório anexo (Doc. 01), com escritório profissional localizado à Rua Raimundo Gonçalves, s/n, Centro, Bom Sucesso, Estado da Paraíba, CEP 58.887.000, local onde recebem as intimações necessárias e endereço eletrônico - e-mail: [raimundoantunes@gmail.com](mailto:raimundoantunes@gmail.com), respeitosamente, vem, com a digníssima vênua à honrosa presença de Vossa Excelência, propor

**ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS DPVAT,**

em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP 20.031-205, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a expor:

**DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**



Tendo em vista que a parte Autora não possui condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que isso lhe acarrete prejuízo financeiro, para tanto com amparo no art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil e na Lei 1060/50, pede lhe seja concedida Assistência Judiciária Gratuita.

## **I - DOS FATOS**

O Promovente foi **vítima de acidente de trânsito no dia 06 (seis) de agosto de 2017, às 17:00 horas, aproximadamente, no sítio Olho Daguiha, Zona Rural de Brejo dos Santos-PB. Quando trafegava de sua residência, sentido Olho Daguiha, Zona Rural de Brejo dos Santos - PB, conduzindo a MOTO HONDA/POP 110, COR VERMELHA, ANO E MODELO 2016/1017, PLACA QFQ 3266/PB, CHASSI 9C2JB0100HR506676, licenciada em nome de Rosimary Alves Rodrigues; que o mesmo a entrada do Sítio Olho Daguiha, o mesmo veio a perder o controle da motocicleta, após passar em um mata burro, vindo a cair, que em decorrência da queda o mesmo sofreu trauma pelo corpo; que seu irmão foi socorrido pelo SAMU para o Hospital de Catolé do Rocha-PB, onde recebeu atendimento médico, que todas as informações contidas são de total responsabilidade do Comunicante (ver Boletim de Ocorrência anexo).**

O autor foi submetido a tratamento conservador para o trauma na região abdominal, com uso de analgésico, soros e medicação injetável, mas mesmo assim, foi encaminhado para o Hospital Regional de Sousa, para avaliação de Cirurgião onde foi constatada a necessidade de realização de procedimento cirúrgico para retirada do BAÇO ficando o mesmo além do forte trauma abdominal com impedimento de senso de orientação espacial.

Diante dos fatos requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do Seguro DPVAT (**SINISTRO: 3180231620**), referente a Invalidez Permanente constante em toda documentação anexo e, em decorrência da invalidez permanente acima descrita e comprovada, o Promovente faz jus a indenização em seu grau máximo, que corresponde a indenização de R\$ - 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a tabela da SUSEP em anexo, o que não ocorreu por parte da Requerida que desconheceu a invalidez





permanente do Autor e pagou apenas R\$ 1.485,00 (Hum mil quatrocentos e oitenta e cinco reais).

Portanto, o Autor faz jus a uma diferença de R\$ 12.015,00 (doze mil e quinze reais), de diferença por ter recebido valor a menor que o devido, pois recebeu tão somente R\$ - 1.485,00 (Hum mil quatrocentos e oitenta e cinco reais), quando o valor correto seria R\$ - 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), valor este que deverá ter as devidas correções devidas.

## II - DO DIREITO

O próprio nome do **Seguro DPVAT** é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o **Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente**, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de



assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;***

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez **a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão**. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um **acidente causado por veículo** e é **permanente**, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada **integralmente ou em parte**.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

*Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

***APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ***



**PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO.** 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. **Dado parcial provimento aos recursos.** (Apelação Cível N.º 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei n.º 6.194/74, com a redação dada pela Lei n.º 8.441/92.

*Ex positis*, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanece com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:



**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE.**

*Preliminar de carência de ação, por **falta de interesse processual** afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008.*

**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE.**

*Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou*



*de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008.*

Frise-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

No caso em tela, a parte autora recebeu pequeno percentual, no **valor de R\$ - 1.485,00 (Hum mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)**. Portanto é jurídica e perfeitamente possível a pretensão deduzida, que diz respeito à cobrança da indenização assegurada pelo referido seguro, diante do implemento do risco contratado, quanto aís em se tratando de responsabilidade objetiva a que está sujeita a empresa seguradora. Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

**CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.** I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe



*cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).*

**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE.**

*Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.194/74, o pagamento da indenização está condicionado à prova do acidente e do dano. Caso em que a prova pericial demonstra que o autor não restou inválido. Complementação da indenização que não é devida. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70021060868, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 03/10/2007).*

**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS.**

**PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.** 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 29/08/2007)



**SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.** *A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que, no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação. Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 01/08/2007).*

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista a invalidez existente, tornando-se evidente assim a impossibilidade de voltar ao serviço, uma vez que permanece debilitado.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação histórica da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na “*mens legislatoris*”, bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da Constituição Federal.



Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

***SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE.***

*Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008)*

***SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE.***

*Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para*





*fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).*

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o DPVAT merecido pela parte Autora não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

## **II - DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) A citação da parte promovida, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;

b) A condenação da Requerida ao pagamento da diferença do Seguro DPVAT a parte Autora, no valor de **R\$ 12.015,00 (doze mil e quinze reais)**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos monetariamente desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;

c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;

d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica;

e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo;



f) Ao final a total procedência da presente demanda, para o pagamento da diferença do seguro devido ao Autor.

Dá-se a causa o valor de **R\$ - 12.015,00 (doze mil e quinze reais).**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Bom Sucesso – PB, 05 de Maio de 2019.

**RAIMUNDO ANTUNES BATISTA – OAB/PB 6.409**

**ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES - OAB/PB 18.763**



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **FRANCISCO GEOVÂNIO ALVES ROSENDO**, brasileiro, solteiro, estudante, com RG n. 003559140 SSP/RN e do CIC (MF) N. 708.490.854-46, devidamente representado por sua Genitora, **ROSIMARY ALVES RODRIGUES**, brasileira, solteira, agricultora, com RG n. 003.302.546 SSP/RN e do CIC (MF) N. 045.429.094-25, ambos residentes e domiciliados na Rua Francisco Gonçalves, s/n, Bairro Escadinha, Bom Sucesso, Estado da Paraíba, CEP 58.887.000; no final assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador, **ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 18.763 e **RAIMUNDO ANTUNES BATISTA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 6.409, ambos com escritório profissional localizado à Rua Raimundo Gonçalves de Almeida, s/n, Centro, Bom Sucesso, Estado da Paraíba, CEP 58.887.000.

**PODERES** - a quem confere poderes para o foro em geral, com a cláusula ad judicium, a fim de defender os interesses e direitos do outorgante perante qualquer repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, em qualquer instância ou Tribunal, seja autor ou reclamante, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordos, recorrer, vender, receber, dar quitação, confessar, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, se assim lhe convier e, podendo agir em conjunto ou separadamente, independente de ordem de nomeação, bem como substabelecer a presente, praticando todos os demais atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Bom Sucesso (PB), 13 de Março de 2019.

Rosimary Alves Rodrigues

Outorgante



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, sob as penas da Lei, perante qualquer autoridade Judiciária ou não, Juízo ou Tribunal, Instituição Pública ou Privada, que eu, **FRANCISCO GEOVÂNIO ALVES ROSENDO**, brasileiro, solteiro, estudante, com RG n. 003559140 SSP/RN e do CIC (MF) N. 708.490.854-46, devidamente representado por sua Genitora, **ROSIMARY ALVES RODRIGUES**, brasileira, solteira, agricultora, com RG n. 003.302.546 SSP/RN e do CIC (MF) N. 045.429.094-25, ambos residentes e domiciliados na Rua Francisco Gonçalves, s/n, Bairro Escadinha, Bom Sucesso, Estado da Paraíba, CEP 58.887.000; não tenho condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Santa Cruz - PB, 13 de Março de 2019.

Rosimary Alves Rodrigues

Declarante



## DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Bolero para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 006.166.563



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

### DADOS DO CLIENTE

FRANCISCO VALDENI ROSENDO  
RUA FRANCISCO GONCALVES DE OLIVEIRA S/N  
BOM SUCESSO

### CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1714369-4

### REFERÊNCIA

MAI/2018

### APRESENTAÇÃO

09/05/2018

### CONSUMO

140

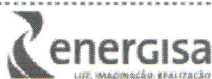
### VENCIMENTO

16/05/2018

### TOTAL A PAGAR

R\$ 105,63

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



DESTAQUE AZUL

FRANCISCO VALDENI ROSENDO

Roteiro: 03-251-605-5360

83610000001-4 05630054000-4 17143692018-4 05300251019-5

### VENCIMENTO

16/05/2018

### TOTAL A PAGAR

R\$ 105,63

### MATRÍCULA

1714369-2018-05-3



21 MAIO 2018



Assinado eletronicamente por: RAIMUNDO ANTUNES BATISTA - 05/05/2019 08:57:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19050508572116000000020362858>

Número do documento: 19050508572116000000020362858

Num. 20936936 - Pág. 1





21 MAIO 2018



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 003.302.546 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/04/2011

NOME ROSIMARY ALVES RODRIGUES

FILIAÇÃO JOSE RODRIGUES DE SOUSA RUTH ALVES DA SILVA RODRIGUES

NATURALIDADE CATOLE DO ROCHA PB DATA DE NASCIMENTO 05/06/1980

DIG. ORIGEM CERT. DE NASCIMENTO L-A-3/ F-256 RG-2241

CPR 045.429.094-25 BEEJO DOS SANTOS PB-CARTÓRIO UNICO

1a. VIA

Assinatura: Marcela Ferreira Caldas

LEI Nº 7.116 DE 20.06.83

CARTÃO DE IDENTIDADE

Assinatura do titular: Rosimary Alves Rodrigues

POLEGAR DIREITO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

21 MAIO 2018

21 MAIO 2018







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL  
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PATOS/PB  
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – SOUSA/PB  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CRUZ/PB

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 162/2017

**VERSANDO SOBRE: ACIDENTE DE TRANSITO.**

**DATA DO FATO:** 06.08.2017. Horário, 17:h,00:min, aproximadamente.

**LOCAL DO FATO:** Sítio Olho Daguinha, Zona Rural de Brejo dos Santos-PB.

**DATA DE CONHECIMENTO DA DELEGACIA:** 16.08.2017.

O(A) Comunicante: GESSICA ALVES ROSENDO, Nacionalidade: brasileira Estado Civil: solteira, Profissão: agricultora, Naturalidade: Catole do Rocha-PB, Grau de Instrução: fundamental, com 20 anos de idade, Data de Nascimento: 25.11.1996, Filiação: Francisco Valdenir Rosendo e de Rosimary Alves Rodrigues, RG nº 4003301-SSP/PB, CPF nº 079896565-74, residente na Rua Francisco Gonçalves, s/nº, Bairro Escadinha, Bom Sucesso-PB.

Vítima: FRANCISCO GEOVANO ALVES ROSENDO, brasileiro, solteiro, estudante, com 15 anos e idade, filho de Francisco Valdenir Rosendo e de Rosimary Alves Rodrigues, portador do Rg 003559140-SSP/RN, CPF 708490854-46, residente na Rua Francisco Gonçalves, s/nº, Bairro Escadinha, Bom Sucesso-PB.

### HISTORICO DO FATO

O(A) comunicante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: QUE, na data hora e local acima descrito, o seu irmão FRANCISCO GEOVANO ALVES ROSENDO, sofreu um acidente de trânsito, quando trafegava de sua residência, situado o Sítio Olho Daguinha, Zona Rural de Brejo dos Santos-PB, conduzindo a MOTO HONDA/POP 110, COR VERMELHA, ANO E MODELO 2016/2017, PLACA QFQ3266/PB, CHASSI 9C2JB0100HR506676, licenciada em nome de Rosimary Alves Rodrigues; Que, o mesmo ao chegar a entrada do Sítio Olho Daguinha, o mesmo veio a perder o controle da motocicleta, após passar em um mata burro, vindo a cair; Que, em decorrência da queda o mesmo sofreu trauma pelo corpo; Que, seu irmão foi socorrido pelo SAMU para o Hospital de Catole do Rocha-PB, onde recebeu atendimento médico. **QUE TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS SÃO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DO COMUNICANTE.** Seguindo determinação da Portaria nº 352/2013/DGERAL/SEDS/PB, onde determina que os Boletins de Ocorrência sejam registrados em qualquer Delegacia deste Estado Declaro ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Autoridade Policial: Carlos Jose Seabra de Melo.

Providências Adotada: Lavratura do BO

Comunicante Vítima: Gessica Alves Rosendo

21 MAIO 2018

DOCUMENTO ORIGINAL







SAMU - 192  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192  
BASE DESCENTRALIZADA

FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA/ATENDIMENTO

IDENTIFICAÇÃO / OCORRÊNCIA			
DATA: 16-05-14	Nº DA OCORRÊNCIA: 8042	PACIENTE / USUÁRIO: GECIMAR BLUES ROCHA	IDADE: 15
LOCAL DO OCORRÊNCIA: RUA D'AVANHA	BAIRRO:	MÉDICO REGULADOR:	SEXO: <input checked="" type="checkbox"/> MASC. <input type="checkbox"/> FEM.
APOIO NO LOCAL:			
OTA: <input type="checkbox"/> SOCORRO POR TERCEIROS <input type="checkbox"/> RECUSOU ATENDIMENTO <input type="checkbox"/> SOCORRIDO PELO BOMBEIRO <input type="checkbox"/> LOCAL NÃO ENCONTRADO <input type="checkbox"/> OUTRO:			

TIPO DE AGRAVO		ANTECEDENTES	
<input checked="" type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRÂNSITO	<input type="checkbox"/> PEDIÁTRICO	<input type="checkbox"/> AIDS	<input type="checkbox"/> DOENÇA MENTAL
<input type="checkbox"/> AGRESSÃO	<input type="checkbox"/> PSIQUIÁTRICO	<input type="checkbox"/> ALCOOLISMO	<input type="checkbox"/> DOENÇA RENAL
<input type="checkbox"/> CLÍNICO	<input type="checkbox"/> QUASE AFOGAMENTO / AFOGAMENTO	<input type="checkbox"/> AVC	<input type="checkbox"/> DROGA
<input type="checkbox"/> DESABAMENTO SOTERRAMENTO	<input type="checkbox"/> QUEDA METROS	<input type="checkbox"/> CIRURGIAS REALIZADAS	<input type="checkbox"/> HIPERTENSÃO ARTERIAL
<input type="checkbox"/> ELETROCUSSÃO	<input type="checkbox"/> QUEIMADURAS	<input type="checkbox"/> CONVULSÕES	<input type="checkbox"/> INTERNAMENTOS ANTERIORES
<input type="checkbox"/> F.A.B.	<input type="checkbox"/> OUTROS	<input type="checkbox"/> DIABETES	<input type="checkbox"/> MEDICAMENTOS
<input type="checkbox"/> F.A.F.(P.A.F.)		<input type="checkbox"/> DOENÇAS CARDÍACA	<input type="checkbox"/> PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS
<input type="checkbox"/> GINECO-OBSTÉTRICO		<input type="checkbox"/> DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSA	<input type="checkbox"/> OUTROS
<input type="checkbox"/> LESÕES TÉRMICAS			

TRANSPORTES SECUNDÁRIOS / ORIGEM	
SERVIÇOS MÉDICOS: HOSPITAL MARCONI INFÂNCIA	RESPONSÁVEL: Natália de Souza Mendes
MOTIVOS DE TRANSPORTE: HOSPITAL REGIONAL	CRM: PB-10146 / RN-9120
<input type="checkbox"/> APOIO DIAGNÓSTICOS <input checked="" type="checkbox"/> SERVIÇOS DE MAIOR COMPLEXIDADE <input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA SIMPLES <input type="checkbox"/> OUTRO:	

HORÁRIOS					
Hora Saída	Chegada Local	Saída Local	Chagada Hospital	Saída Hospital	Chegada Base
17:30					

EXAME CLÍNICO PRINCIPAIS SINTOMAS / QUEIXAS

Exortação + dor abdominal

☐ AGITAÇÃO ☐ ALERGIA ☐ AUSÊNCIA DE PULSO (CENTRAL) ☐ CIANOSE ☐ DIARRÉIA ☐ CONVULSÃO ☐ DIFICULDADES RESPIRATÓRIA ☐ FEBRE

☐ PALIDEZ ☒ DOR LOCAL ☐ INCONCIÊNCIA/DESMAIO ☐ SANGRAMENTO ☐ VÔMITO ☐ OUTROS:

01 - DADOS VITAIS  
P.A. SISTÓLICA: 120 P.A. DIASTÓLICA: 80 PULSO: 120 FR. TEMPERATURA: GLICERINA: 96

02 - VIA AÉREA  
☒ LIVRE ☐ OBSTRUÍDA PARCIALMENTE ☐ OBSTRUÍDA TOTALMENTE ☐ CORPO ESTRANHO ☐ BRONCO-ASPIRAÇÃO ☐ EDEMA DE GLOTE ☐ OBS:

VENTILAÇÃO  
☒ ESPONTÂNEA ☐ ASSISTIDA ☐ RITMO IRREGULAR ☐ PARADA RESPIRATÓRIA

EXPANSIBILIDADE TORÁCICA  
☒ NORMAL ☐ SUPERFICIAL ☐ REGULAR ☐ IRREGULAR

ACHADOS  
☐ CREPITAÇÃO ☐ ENFISEMA SUBCUTÂNEO ☐ EXPECTORAÇÃO ☐ HEMOPTISE ☐ HÁLITO ETÍLICO ☐ OUTRO:

03 - CIRCULAÇÃO  
☐ CIANOSE ☐ FRIA ☐ ÚMIDA ☒ NORMAL ☐ PALIDEZ ☐ QUENTE ☐ SECA ☐ OUTRO:

21 MAIO 2018



EDMA

☒ AUSENTE ( ) PALPEBRAL ( ) M. INFERIORES ( ) ANASARCA

PERFUSÃO

☒ NORMAL ( ) RETARDADA (> 2 SEG) ( ) AUSENTE

PULSO

☒ REGULAR ( ) IRREGULAR ( ) FINO ( ) CHEIO ( ) AUSENTE

E.C.G.

( ) NORMAL ( ) ALTERADO ☒ NÃO REALIZADO

04 - EXAME NEUROLÓGICO

( ) AGITAÇÃO ( ) SONOLÊNCIA ( ) COMA ( ) CONVULSÃO ( ) OTORRAGIA ( ) RIGIDEZ ( ) MIDRIASE

05 - EXAME GINECO - OBSTÉTRICO

( ) ABORTAMENTO ( ) HEMORRAGIA VAGINAL ( ) NORMAL SEMANAS ( ) TRABALHOS DE PARTO ( ) OUTROS:

06 - DIAGNÓSTICOS E PROCEDIMENTOS

DIAGNÓSTICO

ACIDENTE COM MOTO

PROCEDIMENTOS

( ) DESOBSTRUÇÃO VIAS AÉREAS ( ) INTUBAÇÃO NASO/OTOTRAQUEAL ( ) CÂNULA OROFARÍNGEA ( ) CRICOTIREOIDOSTOMIA ( ) RESPIRADOR

( ) VENTILAÇÃO MECÂNICA (MANUAL - "AMBU") ☒ INTUBAÇÃO DE OXIGÊNIO (O2) ( ) DRENAGEM TORÁCICA ( ) MASSAGEM CARDÍACA EXTERNA

( ) DESFIBRILAÇÃO/CARDIOVERSÃO ☒ CONTROLE DE HEMORRAGIA ☒ CURATIVO ☒ PUNÇÃO VENOSA ( ) Sonda GÁSTRICA ( ) Sonda VESICAL

( ) SEDACÃO ☒ IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS ☒ COLAR CERVICAL ( ) TALAS/TRACÇÃO ( ) Sonda OTOTRAQUEAL (GUEDEL)

( ) OUTROS:

ENCAMINHAMENTO

TERAPÊUTICA / MEDICAMENTOS (PRESCRIÇÃO DIRETA OU POR TELEMEDICINA)

IMOBILIZAÇÃO + ACILLO + ENCAMINHAMENTO

EVOLUÇÃO / INTERCORRÊNCIAS

1ª VIZ. DE ACIDENTE COM MOTO, ACIDENTADO, DESACIDENTADO, 540U CONHECIDOS, ACIDENTADO POR COLISÃO E ACIDENTE TORÇÃO E DENTÁRIA.

ENCAMINHAMENTO

( ) LIBERADO APÓS ATENDIMENTO ( ) RECUSE O ATENDIMENTO ( ) ÓBITO NO LOCAL ( ) ÓBITO DURANTE O ATENDIMENTO ( ) ÓBITO DURANTE O TRANSPORTE

POSIÇÃO DE TRANSPORTE

( ) DECÚBITO DORSAL ( ) DECÚBITO LATERAL ( ) DECÚBITO VENTRAL ( ) SENTADO ( ) ELEVACÃO DE CABEÇA (CABEÇA)

SERVIÇO DE SAÚDE

RECUSA

NOME:

ASSINATURA:

RG:

IDENTIFICAÇÃO DE EQUIPE

MÉDICO:

ENFERMEIRO (A):

AUX. TÊC DE ENFERMAGEM:

CONDUTOR:

CRM:

COREM:

COREM:

MAT.

MAT.

MAT.

MAT.

21 MAIO 2018







PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÊ DO ROCHA - PB  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Código da Unidade: 002058-3

CNPJ/CPF:

09.067562/0001-27

Nome: HOSPITAL MUNICIPAL DA CRIANÇA ERMINA EVANGELISTA

Endereço: Rua Sinfônio Gonçalves, 695 - Bairro Noel Vetas

Município: Catolê do Rocha

Estado: Paraíba

Paciente

Nome:

Data Nasc:

Mãe:

Endereço:

CEP:

Data do Atendimento:

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:

Exames realizados na unidade:

Tipos / Resultados:

Tipos de atendimento:

Primeira consulta:

Primeira consulta subsequente:

Primeira consulta anual com referência para outra unidade:

Primeira consulta subsequente com referência para outra unidade:

Natureza da consulta:

Consulta especializada:

Material - Medicamentos e outros:

Diagnóstico / CID:

Medicação:

Serviços realizados:

Ass. do (s) profissional (is) assistente (s) - Carimbo (s):

Ass. do paciente / acompanhante ou responsável:

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

Ass. do revisor administrativo -

Ass. do revisor técnico - Carimbo:

OK

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

HORA

DATA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA



# RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

Nome: \_\_\_\_\_

Leito: \_\_\_\_\_

DATA	HORA	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	ASSINATURA
06/08/17	18:40	O menor deu entrada vítima de queda de moto, trazido pelo SAMU de Bom Sucesso, apresentando múltiplas escoriações, alcoolizado, apresentando vômito e corte em região frontal, realizado sutura pela medicado, medicado CPM, segue aos cuidados.	
	20:30	Queixando de forte dor em tórax e abdômen se nega seguir para realizar Raio X no HRER aos cuidados genitorais, enf. Kizalla metonista. Resultado do Raio X: Pneumotórax em pulmão direito.	Fátima Alves da Silva Enfermeira - COREN/PA: 283131 CNS: 203631968670000
	22:00	O menor foi encaminhado para HR Souza para avaliação com cirurgia geral (Dr. Diego) com EGE, foi transferido pelo SAMU de Bom Sucesso.	Fátima Alves da Silva Enfermeira - COREN/PA: 283131 CNS: 203631968670000

## SINAIS VITAIS

DATA	HORA	TEMP.	PULSO	RESP.	P.A.	ASSINATURA
06/08/17	18:40	-	86	SP02: 97	140x90	Fátima
06/08/17	20:00	-	74	SP02: 98	140x90	Fátima
	22:00	-	72	SP02: 98	140x90	Fátima

21 MAIO 2018





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

DETRAN - PB Nº 012824678978  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 0110422239-3 ANO 00/00000000 EXERCÍCIO 2016

NOME: ROSTMARY ALVES RODRIGUES

CPF/CNPJ 04542909425 PLACA QFQ3266/PB

PLACA ANT./UF NOVO PB CHASSI 9C2JB0100HR506676

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/POP 110I ANO FAB 2016 ANO MOD 2017

CAP/POT/CIL 2 P/109 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA IPVA PAGO EM 06/12/2016 1ª 2ª 3ª

FAIXA I PVA \*\*\*\*\* PARCELAMENTO/COTAS 0

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) \*\*\*\*\* IOF (R\$) SEGURO PRÊMIO TOTAL (R\$) PAGO DATA DE PAGAMENTO 06/12/2016

OBSERVAÇÕES A.F. ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

0

BOM SUCESSO - PB DATA 15/12/2016

11436

**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS, AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT**

PB Nº 012824678978 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2016

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
04542909425 INFORMAÇÕES, LEIA NO QFQ3266/PB  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.dpvatsegurodotransito.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2016 DATA EMISSÃO 15/12/2016

VIA 1 CPF/CNPJ 04542909425 PLACA QFQ3266/PB

RENAVAM 01104222393 MARCA/MODELO HONDA/POP 110I

ANO FAB 2016 DATA 9 Nº CHASSI 9C2JB0100HR506676

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) \*\*\*\*\* DENATRAM (R\$) \*\*\*\*\* CUSTO DO SEGURO (R\$) \*\*\*\*\*

CUSTO DO BILHETE (R\$) \*\*\*\*\* IOF (R\$) SEGURO TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$) PAGO

COTA ÚNICA PAGO PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 06/12/2016

**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**  
CNPJ 08.248.608/0001-04  
www.seguradoralider.com.br  
11436-1327446-20161215

21 MAIO 2018



## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, ROSIMARY ALVES RODRIGUES,

RG nº 003.302.546, data de expedição 07/04/2011, Órgão SESPDS-RN

Portador do CPF nº 045.429.094-25, com domicílio na cidade de BOM SUCESSO, no Estado de PARAÍBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) RUA FRANCISCO GONÇALVES nº 511, complemento Para, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é (era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima FRANCISCO GEORVÂNIO ALVES ROSENDO cujo o condutor era Francisco Geovânio Alves Rosendo.

Veículo: PAS / MOTOCICLE

Modelo: MONOP / POP 110i 2017

Ano: 2016

Placa: RF R 3266 / PA

Chassi: 9C2TBD100HR506676

Data do Acidente: 06/08/2017

Local e Data: DISTRITO DE SERRINHA - BOM SUCESSO - PB, 15 AGOSTO DE 2017.

\* Rosimary Alves Rodrigues  
Assinatura do Declarante

CARTÓRIO DISTRITAL DO DISTRITO DE SERRINHA - PB Bom Sucesso - PB CEP: 58387-000 CNPJ: 08.107.594/0001-69	RECONHEÇO a(s) firma(s) <u>Sua</u>
	<u>de Rosimary Alves</u>
	<u>Rodrigues</u>
	<u>Autenticidade</u>
Em testº ( <u>15/08</u> ) da vedado.	
Dist. de Serrinha - PB, <u>15</u> de <u>Agosto</u> de <u>2017</u>	
<u>Maria da Paz de Sá</u>	
Maria da Paz de Sá - Oficiala	

\* Rosimary Alves Rodrigues

Assinatura do condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

Selo Digital: AFK79422 - M9U8  
Consulte a autenticidade em:  
<https://selodigital.tjpb.jus.br>  
Cartório Distrital do  
Distrito de Serrinha  
MARIA DA PAZ DE SÁ  
Oficial do Registro Civil

DOCUMENTO ORIGINAL

21 MAIO 2018



Rio de Janeiro, 20 de Junho de 2018

Carta nº: 12986010

A/C: FRANCISCO GEOVANIO ALVES ROSENDO

Nº Sinistro: 3180231620  
Vitima: FRANCISCO GEOVANIO ALVES ROSENDO  
Data do Acidente: 06/08/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: CARLOS ADEMIR VERAS PINHEIRO

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: FRANCISCO GEOVANIO ALVES ROSENDO

Valor: R\$ 1.485,00

Banco: 104

Agência: 000003518

Conta: 0000011780-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.485,00

Dano Pessoal: Lesões neurológicas que cursem com comprometimento de função vital ou autonômica 100%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 100%) 10,00%

Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 =	R\$	1.350,00
---	-----	----------

Dano Pessoal: Perda integral (retirada cirúrgica) do baço 10%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 10%) 1,00%

Valor a indenizar: 1,00% x 13.500,00 =	R\$	135,00
--	-----	--------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01801/01802 - carta\_15R - INVALIDEZ

00020901



## **SINISTRO 3180231620 - Resultado de consulta por beneficiário**

---

**VÍTIMA** FRANCISCO GEOVANIO ALVES ROSENDO

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE**

**INDENIZAÇÃO** MARCOS AURELIO VIDAL CORRETAGEM DE  
SEGUROS EIRELI - ME

**BENEFICIÁRIO** FRANCISCO GEOVANIO ALVES ROSENDO

**CPF/CNPJ:** 70849085446







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Mista de Catolé do Rocha**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801002-79.2019.8.15.0141

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita, já que não há nos autos informação que retire a presunção de hipossuficiência da parte.

Considerando que a promovida reiteradamente não celebra acordos no bojo de processos judiciais, exceto em casos especiais, bem como tendo em mente que a estrutura do Poder Judiciário nesta Comarca não é das mais robustas, não possuindo centro de conciliação, entendo ser desnecessária a designação de audiência de conciliação no presente caso, devendo a parte ré ser citada para já apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Seguindo a orientação contida da Recomendação 01/2015 do CNJ, a qual pode ser aplicada analogicamente ao caso em testilha, determino, desde já, seja designado perito oficial (médico) para realizar perícia médica no autor, a fim de comprovar as sequelas físicas oriundas do acidente automobilístico mencionado na exordial.

Faculto ao autor juntar, no prazo da contestação, quesitos para serem encaminhados ao perito, bem como indicar assistente técnico.

Outrossim, intime-se a requerida para efetuar o pagamento, em conta judicial vinculada a este processo, dos honorários periciais, arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais), segundo cláusula 1.3 do Convênio 015/2014 TJPB.

Cite-se a promovida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, apresentando seus quesitos, caso queira.

Com o depósito do valor dos honorários, oficie-se à Secretaria de Saúde para indicar médico ortopedista para realizar a perícia, o qual já fica automaticamente nomeado pelo Juízo, encaminhando-lhe os quesitos do Juízo, quais sejam: 1) Qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado e os respectivos CIDs? 2) Existe relação de causa entre o acidente de trânsito noticiado na petição inicial e a(s) lesão(ões) apresenta(s)? 3) Houve debilidade permanente do membro, sentido ou função? 4) A debilidade é de caráter temporário ou definitivo? Qual o grau, em percentagem (de 0% a 100%), da debilidade apresentada?

Com a designação da data da perícia pelo médico nomeado, intime-se a parte promovente para comparecer ao local designado pelo médico para a realização da perícia, munido, preferencialmente, de seus documentos pessoais e toda e qualquer documentação pertinente à demanda.

Com a entrega do laudo, falem as partes em 10 (dez) dias, informando se têm interesse em conciliar.

E, finalmente, entregue o laudo, oficie-se ao Banco do Brasil para que transfira o numerário depositado na conta judicial para a conta bancária indicada pelo perito. Após o cumprimento de todos os itens acima mencionados, conclusos. Diligências necessárias. Cumpra-se.

CATOLÉ DO ROCHA, 13 de maio de 2019.

RENATO LEVI DANTAS JALES  
Juiz de Direito